Bolsas — Na quinta-feira: 1,06% São Paulo; 1,08% Nova York

Pontuação B3 — IBovespa nos últimos dias: 209.066 / 204.324 (9/10, 13/10, 14/10, 15/10)

Dólar — Na quinta-feira: R$ 5,086 (+ 1,15%)

Dólar	Últimos
7/outubro	5,011
8/outubro	5,024
9/outubro	4,985
13/outubro	5,020
14/outubro	5,028

Salário mínimo — R$ 1.621

Euro — Comercial, venda na quinta-feira: R$ 5,705

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,59%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

MERCADO DE TRABALHO

Nova jornada exige aumento de gastos

PEC que reduz a carga horária de trabalho, a ser promulgada hoje, requer reorganização das equipes, pode afetar pequenos negócios e gerar repasses ao consumidor. Varejo terá de rever escalas e produtividade, apontam especialistas

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), promulga hoje a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A cerimônia contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição e árduo defensor da proposta.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** apontam que a redução da jornada pode elevar os custos operacionais das empresas, pressionar os preços ao consumidor e exigir mudanças na organização das equipes, especialmente nos setores de comércio e serviços.

O impacto econômico da mudança está relacionado à manutenção dos salários diante da redução das horas trabalhadas. Os efeitos podem ser mais intensos em pequenos e médios negócios, que têm menor margem para absorver novos custos.

Para Tatiana Goes, economista-chefe da Silo Multi Family Office e especialista em gestão de patrimônio global, parte desse aumento pode chegar ao consumidor por meio dos preços. "O principal ponto de atenção é o aumento do custo da mão de obra, especialmente para o comércio e setor de serviços, que dependem de funcionamento aos finais de semana e de jornadas distribuídas ao longo de vários dias", afirmou.

Segundo a economista, a redução da jornada sem diminuição proporcional dos salários poderá exigir novas contratações ou o pagamento de horas extras para manter o nível de atendimento. "Quem acaba pagando parte dessa conta é o consumidor. As empresas tendem a repassar uma parcela dos custos, obviamente aos preços, pressionando a inflação e reduzindo o poder de compra das famílias", disse.

Tatiana também chama a atenção para os possíveis efeitos sobre investimentos e contratações. "Para esses negócios o impacto pode significar redução de investimentos e menor contratação e até dificuldades para manter seus operações", afirmou. A economista pondera, porém, que a redução da jornada pode trazer ganhos de produtividade, saúde e qualidade de vida. "O grande desafio é conciliar a melhoria das condições de trabalho com a preservação dos empregos, a competitividade das empresas e a sustentabilidade da economia", avaliou.

Fim da escala 6x1

PEC aprovada pelo Senado reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, prevê dois dias de descanso remunerado e proíbe redução salarial

O QUE MUDA NA PRÁTICA?

Regra	Antes	Com a mudança
Jornada máxima semanal	44 horas	40 horas
Descanso semanal	6 dias de trabalho e 1 de descanso	Ao menos 2 dias de repouso remunerado
Modelo de referência	6x1	5x2
Salário	Remuneração vigente	Proibida a redução salarial

QUANDO AS NOVAS REGRAS ENTRAM EM VIGOR?

1. Aprovação no Senado
14 de outubro de 2026.

2. Primeira etapa
Dois meses após a publicação da emenda: jornada máxima de 42 horas semanais.

3. Segunda etapa
Um ano e dois meses após a publicação da emenda: jornada máxima de 40 horas semanais.

QUEM SERÁ BENEFICIADO?

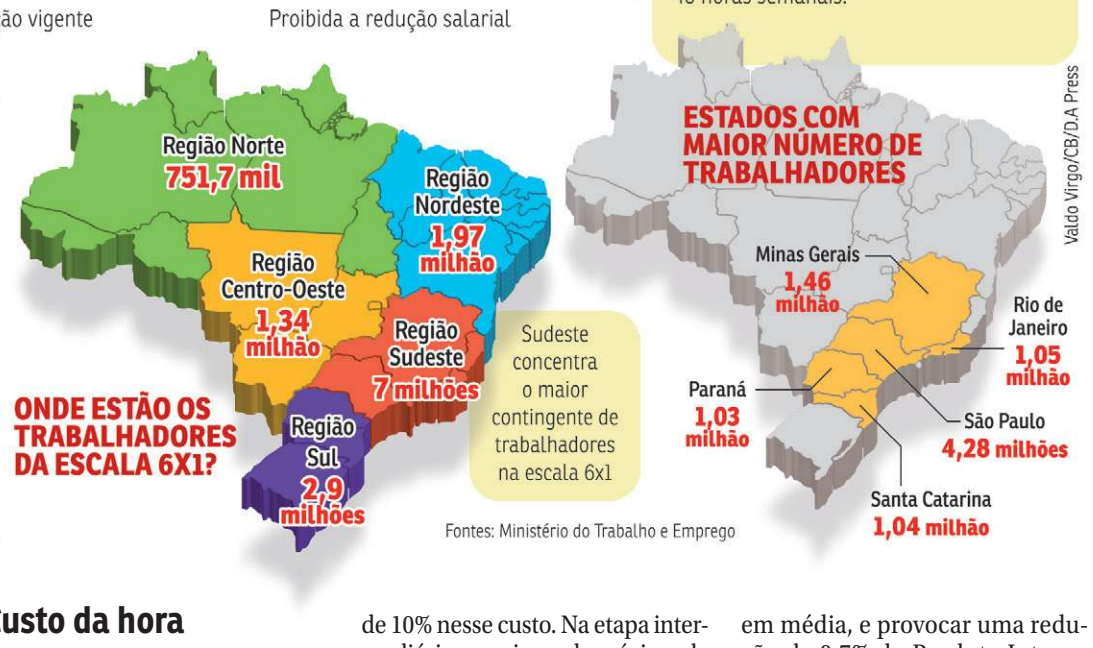
44,7 milhões de pessoas tiveram a jornada de trabalho identificada no levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego

14,9 milhões trabalham na escala 6x1

38,6 milhões cumprem jornadas superiores a 40 horas semanais

37,2 milhões trabalham 44 horas por semana

1,4 milhão trabalham entre 40,1 e 43,9 horas semanais



Custo da hora

O impacto financeiro também é destacado por Danillo Masko, especialista em direito do trabalho do Briganti Advogados. Segundo ele, a manutenção dos salários diante da redução da jornada eleva o custo proporcional da mão de obra. "Como o texto proíbe a redução salarial, a empresa passa a pagar o mesmo salário por menos horas trabalhadas. Na prática, o valor da hora de trabalho sobe", afirmou.

De acordo com Masko, quando o limite semanal chegar a 40 horas, o divisor utilizado no cálculo do salário-hora cairá de 220 para 200, o que representa um aumento de 10% nesse custo. Na etapa intermediária, com jornada máxima de 42 horas semanais, a elevação será de aproximadamente 5%. Os efeitos devem ser mais expressivos em atividades que funcionam diariamente ou dependem de grande quantidade de trabalhadores, como comércio, serviços, saúde, logística e indústrias que operam em turnos de revezamento.

Tatiana cita estimativas atribuídas à Confederação Nacional da Indústria (CNI) para dimensionar os possíveis reflexos econômicos. Segundo ela, as mudanças poderão elevar os custos de produção em R$ 267 bilhões, aumentar os preços ao consumidor em 6,2%, em média, e provocar uma redução de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R$ 76,9 bilhões. Ainda de acordo com a economista, os produtos industrializados poderiam registrar alta média de 6%, enquanto roupas e calçados poderiam ficar 6,6% mais caros. As projeções foram mencionadas por Tatiana como estimativas dos efeitos da mudança.

A aplicação da nova regra não dependerá de dissídio ou de uma nova data-base, segundo Fernando Peluso, especialista em direito do trabalho e sócio do escritório Peluso, Guaritá, Borges e Rezende Advogados. "Por se tratar de norma constitucional, será aplicada diretamente sem depender de data-base ou de convenção coletiva", explicou.

A preparação antecipada também é apontada como necessária por Marcel Zangiácomo, sócio do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados. "As convenções e acordos servem para ajustar como as horas se distribuem, não para adiar o prazo. Quem tem cláusula coletiva em sentido contrário deve revisá-la desde já", afirmou.

A previsão de dois dias de descanso semanal deve representar um dos principais desafios operacionais para empresas que mantêm as portas abertas aos sábados e domingos. A reorganização das escalas poderá exigir o revezamento de funcionários para garantir o funcionamento dos estabelecimentos dentro dos novos limites de jornada. "O que fica em aberto é o domingo: a PEC prevê que uma delas seja, preferencialmente, no domingo. Quem abre aos fins de semana deve recorrer a escalas de revezamento", afirmou Zangiácomo.

> **Quem acaba pagando parte dessa conta é o consumidor. As empresas tendem a repassar uma parcela dos custos, obviamente aos preços"**
>
> ***Tatiana Goes,***
> *economista-chefe da Silo Multi Family Office*

»Entrevista | PAULO PAIM (PT-RS) | SENADOR

'Estamos escrevendo a história do Brasil'

» LUIZA ALTOÉ

Na Assembleia Constituinte, em 1988, o agora senador Paulo Paim (PT-RS) foi um arduo defensor da jornada de trabaho de 36 horas semanais. Não saiu vitorioso, mas conseguiu reduzir a carga de 48 para 44 horas. Durante toda sua trajetória política, defendeu o fim da escala 6x1, inclusive, com uma PEC. Na quarta-feira, despedindo-se da vida parlamentar, alcançou a vitória. Ao ***Correio****, ele faz um balanço do processo de votação.*

O que a aprovação da redução da jornada representa para o trabalhador brasileiro e para o senhor?

Eu trabalhei das 6 horas da manhã até às 23 horas da noite quando eu era metalúrgico. Eu praticamente não vi meus filhos crescerem. Quando eu saia de casa, eles estavam dormindo, quando eu chegava, eles já estavam dormindo novamente. E eu sei o que é a vida de um assalariado no nosso país. Eu, como líder estudantil já fazia passeatas, lá em 1964, 1966 pelas 40 horas (de trabalho semanal), depois virei sindicalista, continuei defendendo as 40 horas, e de sindicalista eu me transferi diretamente à Constituinte e trouxe essa bandeira para dentro do Congresso. O que é mais significativo para mim é que eu sei como é trabalhar numa metalúrgica, numa marcenaria, ou de pedreiro, no comércio, no banco, o que é a jornada de trabalho. E por isso, eu vou estar ali defendendo com toda a emoção. Então, para mim, foi a coroação de alguém que sonhou e que era um menino pobre lá do interior de Caxias do Sul, que sonhava com as 40 horas. Entre a luta lá fora e a luta aqui dentro foram 50 anos. Nós estamos escrevendo a história do Brasil. Momentos como esse, eu senti agora e na Constituinte.

Ton Molina/Agência Senado

Que mudanças o senhor avalia que ainda são necessárias e precisam ser discutidas?

Eu acho que o povo brasileiro tem que bater palma para o Congresso Nacional. Se você analisar, da época de Getúlio Vargas até a Constituinte, foi em torno de 40 anos e nós diminuímos quatro horas semanais de trabalho. Quem sabe, a gente não tenha que esperar mais 40 anos para diminuir para chegar nas 36 horas. Então, o Brasil pode ter como meta, se vai ser daqui 10 a 20 anos, não sei. Porque, inclusive, a minha PEC (que reduz para 36 horas semanais) que está aprovada na CCJ, ela fica aí, ela não foi em nenhum momento derrotada.

> **O povo brasileiro tem que bater palma para o Congresso Nacional. Da época de Getúlio Vargas até a Constituinte, foi em torno de 40 anos e nós diminuímos quatro horas semanais de trabalho"**

Durante a tramitação da matéria, a oposição defendeu que era necessário mais tempo de discussão da PEC. Como o senhor avalia esse posicionamento?

Eu acho que eles pegaram o viés errado. Esse tema vem sendo discutido há décadas e décadas. Só eu, para minha idade, 50 anos de debate. Quando eu vim para cá na Constituinte, eu vim com essa marca no peito das 40 horas, do debate amplo feito pela sociedade. A França já tinha nesse período 40 horas de trabalho semanais. Países da América Latina já estão nas 40 horas.

Como o senhor avalia a proposta da oposição, de jornada flexível?

É uma proposta que, na verdade, não existe. Penso que é tirar da Constituição e deixar tudo na negociação para ele poder voltar até as 48 horas. Vão matar os trabalhadores se fizerem isso. Até Cristo disse que pelo menos um dia tem que ter descanso.